

**ARQUIVO, MEMÓRIA E INSTITUIÇÕES: ESTUDO DE CASO DA CÁTEDRA  
MEMÓRIA-INSTITUTO CULTURAL ESPM**

*Monica Rebecca Ferrari Nunes (monicarfnunes@espm.br)*

*Débora Regina Bacega (deborabacega@gmail.com)*

Este artigo pretende apresentar as relações entre arquivo, memória e instituições no que diz respeito aos seus desdobramentos na concepção de projetos memoriais, seja em organizações ou empresas na esfera pública ou privada. Identifica-se a composição de acervos empresariais com a colaboração de historiadores-arquivistas no cenário brasileiro a partir da década de 1970. Destaca-se também a influência do processo de redemocratização no país na criação formal de centros de memória de instituições públicas ou privadas, como clubes esportivos, universidades, escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, entidades e empresas. Esse movimento evidencia a importância da preservação da memória pública e privada. No início dos anos 1990, pode-se afirmar que a regulamentação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados concebe novos rumos à temática, que passa a ter legislação específica no Brasil. Por outro lado, intensifica-se, nesse período, a relação entre memória e gestão do conhecimento formal e tácito no ambiente das organizações. Na passagem dos últimos vinte anos, percebe-se uma maior preocupação com a digitalização de acervos e o entendimento de que a memória também pode corroborar com a identidade, a reputação e a responsabilidade histórica e sociocultural das instituições. Conceitualmente, a criação de acervos pressupõe os referenciais

que justificaram tanto a produção quanto a guarda de seus documentos (Camargo & Goulart, 2015), resultando em possíveis agrupamentos como audiovisual ou videoteca, bibliográfico, cultura material, museológico, fotográfico, referência, textual permanente, coleções e banco de depoimentos (Totini & Gagate, 2004). A partir desses aportes teóricos, observa-se a constituição de acervos temáticos tanto em formatos físicos quanto virtuais que se originam graças à criação de centros de memória conforme Camargo e Goulart (2015) ou de cátedras de acordo com o estudo de caso apresentado. Nesses ambientes híbridos, compreende-se iniciativas de preservação e valorização do patrimônio e da memória. Como objeto empírico apresenta-se a Cátedra Memória-Instituto Cultural ESPM criada pela Pró-Reitoria de Pesquisa desta Instituição de Ensino Superior em 2017. Desde então, a Cátedra desenvolve paulatinamente ações de tratamento, preservação, transmissão e circulação de acervos que reúnem peças publicitárias, revistas impressas de vários segmentos, coleções, material audiovisual, fotografias, entre outros suportes e linguagens que representam parte da memória midiática nacional. As atuações da Cátedra se dão conjuntamente com a Biblioteca da escola. Os acervos são também objetos de pesquisas acadêmicas e socioestéticas levadas a cabo por discentes (Sado, 2020) e grupos de pesquisa da instituição em seus campi de São Paulo e Rio de Janeiro. Este trabalho compreende o projeto, as realizações e as iniciativas da Cátedra, como a parceria com a plataforma Google Arts & Culture para a exposição de uma coleção de primeiros exemplares de revistas publicadas a partir de 1912, doadas por um ex-conselheiro da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), conhecida como Coleção nº1. A Cátedra constitui um exemplo de projeto de extensão universitária voltado à memória midiática e institucional que se pretende compartilhar com a sociedade. Neste sentido, apresenta-se conceitos históricos, entre eles, testemunho e arquivo segundo Ricoeur (2007) e Colombo (1991); sociológicos e comunicacionais como a produção social da memória na semiosfera (Gondar & Dodebei, 2005; Lotman, 1996). Compreende-se a dimensão plural e os desafios que envolvem os projetos memoriais tais quais incompletudes, esquecimentos, silenciamentos e imperfeições que orbitam em torno de acervos e arquivos. Espera-se demonstrar a importância dessas iniciativas para a formação e sustentação da memória institucional.